

O POLITEIA

Edição #04

PLENÁRIO

Jogo do Bicho é legalizado no Brasil

Por Luana dos Santos e Rebeca Mendes

Foi aprovado em plenário nesta quinta-feira (27), o Projeto de Lei nº 015/2023 que trata da legalização e regularização do jogo do bicho no Brasil. O projeto tramitou nas Comissões de Assuntos Sociais, Saúde e Família; Educação, Trabalho, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia; e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O autor do projeto, deputado Pedro Lima (PSD/AC) afirmou que a ineficiência da proibição da prática e, uma vez que esta já faz parte da cultura brasileira, proibir a jogatina é proibir a cultura e diversão históricas no país. Ainda segundo ele, os males criminosos decorrentes do jogo estão diretamente relacionados com a própria ilegalidade de sua prática.



Reprodução: Vilmar Júnio



Reprodução: Vilmar Júnio

Abstraindo-se a sua ilicitude, o jogo não mais será vinculado, em alguns estados, ao crime organizado, tais como grupos de extermínio, tráfico de drogas, lenocínio e sequestro.

O relator do projeto, deputado Matheus Zchrotke (PT/PR), afirma que a norma vigente que proíbe a prática do jogo é ineficaz, tendo em vista que o jogo continua acontecendo diariamente. Segundo o relator, não existe bem jurídico sobre essa proibição devido sua motivação moralista, além de citar o viés religioso como causa. Em seu relatório, o deputado também declara que o jogo do bicho é uma

“expressão cultural de brasilidade”

Discussão do Projeto de Lei 151/2023

e que desde sua proibição, em 1941, não houve efetividade na supressão, execução ou participação no jogo, fazendo com que a norma vigente não seja eficaz.

Falando contra o parecer do relator, o deputado Rafael Maciel (PP/SP) argumenta que é “uma proposição triste”, visto que, o jogo se trata de uma prática degradante da sociedade. Favorável ao parecer, o deputado João Pedro Maier (REPUBLICANOS/PR) entende que a prática do jogo é algo arraigado na sociedade e não podemos combatê-lo. O projeto foi aprovado na Comissão de Agropecuária, Energia, Indústrias, Comércio e Serviços (CAEICS) e seguiu para apreciação em plenário.

O deputado Leonardo Carvalho (UNIÃO/PE) afirma que o direito brasileiro carece de eficácia em algumas matérias e considera o jogo do bicho um exemplo disso. O relator foi a fundo e buscou explicar a origem histórica das apostas, alegando que o jogo representa a brasilidade e a alma



do povo brasileiro, sendo dito que surgiu com a inovação de um empreendedor e enfrentava a moral cristã e o elitismo histórico do Rio de Janeiro.

O Dep. Zchrotke acredita que o “esporte” representa a alma e a experiência brasileira, apesar da proibição pela Igreja Católica. Por fim, aponta que é inconcebível que continuemos sem revisitar a proibição. Ainda lembrou da legalização dos jogos online e comparou que o jogo do bicho arrecada cerca de duzentos milhões por ano, com um potencial de arrecadação de impostos considerável. Aponta que estavam devendo, como Congresso, superar o moralismo histórico. Nas palavras próprias do parlamentar: “O bicho é do povo e o povo é bicho”.

Fazendo coro aos argumentos relacionados à regulamentação fiscal, direito à manifestação cultural e a criação de políticas públicas para regulamentar a prática, não houveram discursos em dissidência ao projeto, sendo aprovado em Plenário, em votação simbólica.



Reprodução: Milena Cardoso

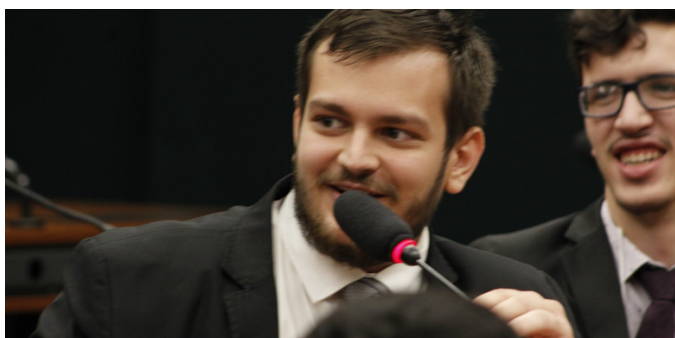
Saúde mental de presidiários é discutida na CSPDC

Por Marri Mamede

Nesta quinta-feira (27), o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Nº 122/2023, da deputada Gabriella Magalhães (PT/MG) e do deputado Ramon Oliveira (PT/AL) foi aprovado, o mérito da proposição versa acerca da criação do Programa de Apoio Psicológico e Psiquiátrico para Detentos. Os parlamentares contra o projeto alegaram que isso seria um “privilegio” aos presidiários.

Já a relatora, Adrielly Rodovalho (MDB/SP), leu o parecer em comissão para que não houvesse desentendimentos em relação ao seu posicionamento.

Defendeu favoravelmente o projeto para que “o apoio psicológico seja uma forma da ressocialização, feita de uma forma mais eficaz, e detentos saiam do presídio com o pensamento de que não serão criminosos para sempre”. Em contrapartida, posicionou-se contrariamente ao projeto o deputado Ruan Souza (PL/BA), alegando que “temos pessoas mais importantes para lidar e debates mais interessantes”, seguindo o posicionamento do Líder da Maioria, Pedro Galuppo (PL/MG).



Reprodução: Milena Cardoso



Reprodução: Vilmar Júnio

O presidente da Casa, Jhonatan Anfilofev (PSD/MT), também declarou-se favorável ao parecer da relatora, apesar de, segundo ele, até minutos antes de sua fala, possuir posicionamento totalmente diferente. “Eu não posso ser injusto”, argumentou Anfilofev, defendendo que as pessoas devem pagar sua pena determinada, todavia, “se é dentro de um presídio ele tem que ter as condições mínimas”, completa.

Segundo o presidente, o responsável por essa mudança de voto foi o deputado Luiz Fernando Alves (PT/BA). O petista teria explicado e convencido o presidente da Câmara dos Deputados que o atendimento psicológico não se trata de benefício algum, mas sim, do mínimo de condição e direitos humanos básicos para a ressocialização dessas pessoas. Em seu pronunciamento, Alves disse: “Temos que entender que a cadeia não é um estágio terminal e sim um estágio gradativo de melhora”.

Projeto que institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça é aprovado na CETEC

Por Andiará Carvalho

Na manhã desta quinta (27), foi votado na Comissão de Educação, Trabalho, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia (CETEC) o parecer sobre o Projeto de Lei nº 186/2023, que institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a ser comemorado, anualmente, em 14 de março.



Reprodução: Vilmar Júnio

O projeto, de autoria do deputado Jhonatan Anfilofev (PSD/MT), busca reconhecer o legado de Marielle Franco, uma importante liderança política que lutou por um fazer político plural, diverso e democrático. A vereadora Marielle teve destacada atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e integrou o grupo encarregado de monitorar a intervenção federal no município, sendo escolhida como relatora em 28 de fevereiro de 2018. Ela era conhecida sobretudo por criticar esta intervenção federal e por denunciar constantemente abusos policiais e violações aos direitos humanos, com atenção especial à questão de raça e gênero.



Reprodução: Milena Cardoso

O assassinato de Marielle Franco provocou reações intensas, tanto no Brasil, quanto internacionalmente. O crime motivou a organização de diversos protestos em todo o território brasileiro e gerou oposição de parte dos eurodeputados à negociação econômica entre a União Europeia e o Mercosul. O assassinato de Marielle reflete o contexto de violência enfrentado por mulheres negras em todo o país. Sua trajetória como representante política e sua luta pelos direitos das mulheres e das minorias tornaram-se símbolo de resistência e inspiração.

Na discussão, o relator, deputado Pedro Araújo (PT/PE), destacou a relevância da proposta e a importância de sua aprovação. Para ele, Marielle Franco é um exemplo e encontrar o mandante de seu assassinato ainda é uma prioridade para o Brasil. Ele ressaltou que a democracia plena não será alcançada enquanto não houver justiça nesse caso.

O projeto foi aprovado na CETEC e agora segue para apreciação na Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Família (CASF).



Reprodução: Marcella Andrade

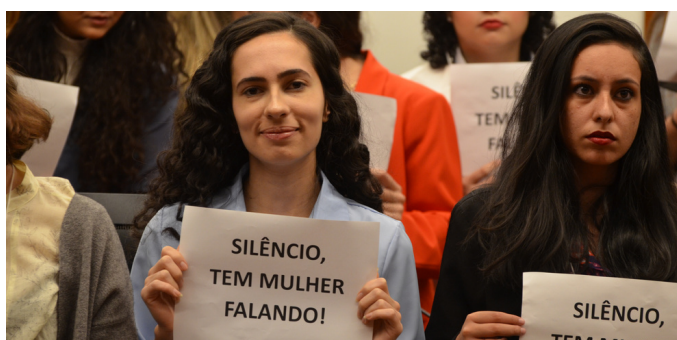
Protesto pelo direito de fala das mulheres movimentou a CASF

Por Ana Clara Alves Camargos e Bianca Chaves



Reprodução: Marcella Andrade

No início da manhã desta quinta-feira (27), os debates na Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Família (CASF) foram interrompidos para a realização de um protesto. Mais uma vez, a bancada feminina precisou realizar um pronunciamento em relação à negligência que as mulheres vinham sofrendo nas reuniões dos últimos dias de reunião das comissões. Deputadas de todas as comissões e partidos se reuniram na CASF para a manifestação, segurando placas que diziam “silêncio, tem mulher falando!”, expressando a indignação com o descaso por parte dos deputados nos momentos de falas femininas nas reuniões.



Reprodução: Marcella Andrade

A deputada Júlia Monteiro (PSOL/SP) iniciou o pronunciamento relatando que, nos dias anteriores em que esteve presente na CASF, teve grande dificuldade de se impor como estava fazendo naquele momento. Reforçou a dificuldade de mulheres de se expressarem autoridade dentro da casa, uma vez que eram sempre os homens que ocupavam aquela posição.

Denunciou casos em que as deputadas foram seriamente invalidadas, nos momentos em que trouxeram informações e dados extremamente relevantes, enquanto homens eram ouvidos, parabenizados e elogiados por suas falas dentro das Comissões. Por fim, finalizou sua fala agradecendo as mulheres ali presentes e expressando sua admiração por todas.

A deputada Marina Massoni (MDB/RJ) evidenciou que mesmo estando na sua quarta legislatura nunca havia presenciado uma mobilização tão significativa em relação à pauta feminina como neste ano. Ela mencionou que infelizmente recebeu comentários de ex-parlamentares sobre a falta de representatividade nas presidências de comissões, mesmo com um número maior de mulheres do ano passado. Comentários como esses a deixaram sem saber como prosseguir quando questionada. Além disso, Marina ressaltou que esse momento deve ser encarado com uma crítica por todos, pois o sentimento de “síndrome de impostora” costumava ser mais sentido entre mulheres.



Reprodução: Marcella Andrade

Também afirmou que “quando uma mulher fala, as demais pessoas tendem a ignorar e se dispersar, deixando todas desconfortáveis e fazendo-as duvidar de sua própria voz, por isso as mulheres desejam ser ouvidas não apenas em relação à pauta de gênero, mas também em todas as temáticas.” Finalizou enfatizando que as mulheres na simulação são uma inspiração para todos e deixou uma mensagem para as “mulheres de primeira viagem”, encorajando-as a não desistirem diante dessa situação, pois a presença delas na Câmara é um ato político e, portanto, é importante que não se esvaziem os espaços como o Plenário, Congresso, universidades e ambientes de trabalho.

A vice-presidente da mesa da CASF, Mariany Sá (UNIÃO/RR), expressou sentir-se lisonjeada por abrir a comissão para esse momento, destacando a importância do mesmo, especialmente para ela. Agradeceu imensamente pelo espaço que está sendo ocupado pelas mulheres, principalmente na CASF, que trata de direitos humanos e sociais. Salientando que esse momento transcende esta legislatura, agradeceu a todos pela grandiosa presença nessa ocasião.

O momento foi concluído com aplausos às mulheres e serviu como uma reflexão para todos os presentes na Comissão. Após este protesto, a bancada de gênero deixou claro e evidente que as mulheres não irão tolerar mais nenhum tipo de discriminação nem dentro e nem fora da Casa Legislativa.



Reprodução: Milena Cardoso



Reprodução: Milena Cardoso



Reprodução: Marcella Andrade

PL para instituir Dia Nacional do Combate à Violência Contra as Mulheres Indígenas é aprovado com folga na CETEC

Por Sofia Martinello

Na quarta-feira (26), o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Nº 200/2023 de autoria do deputado Jhonatan Anfilofev (PSD/MT) o PL que institui 05 de setembro, o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência às Mulheres Indígenas foi aprovado na CMAPIS. O documento seguiu para apreciação da CETEC e o parecer pela aprovação foi bem sucedido na manhã de quinta-feira (27).

O projeto aponta barreiras sociais enfrentadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) ser efetivada, sobretudo no contexto das mulheres indígenas. Nesse sentido, para o autor, o ciclo de violência é perpetuado. “Esta data não é comemorativa, mas sim um dia para chamar atenção para um problema grave. A data de 05 de setembro é o Dia Internacional da Mulher Indígena por marcar o esquiteamento de Bartolina Sisa ao lutar contra invasores europeus no século XVIII, no Alto Peru”, completa Anfilofev.

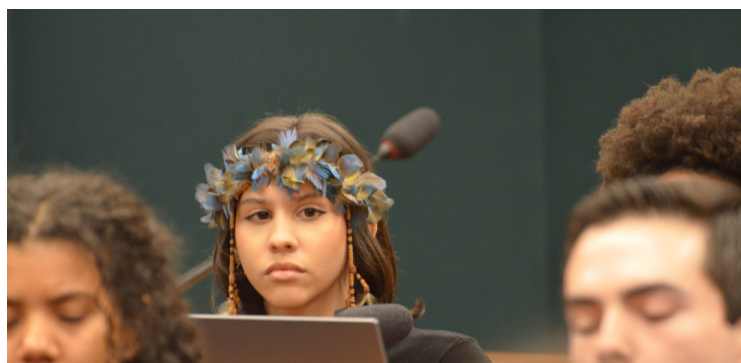


Reprodução: Marcella Andrade



Reprodução: Milena Cardoso

Para a relatora, deputada Emanuelly Furriel (MDB/RJ), é de dever de toda a população reconhecer a importância das mulheres indígenas na constituição da sociedade brasileira, considerando o processo histórico pelo qual elas foram submetidas. A relatora admitiu que o PL não é a solução para mitigar todos os problemas relacionados ao tema, mas é um avanço em prol da segurança a favor dessa parcela da população.



Reprodução: Marcella Andrade

Segundo a deputada Wanny Tapajos (PSDB/SP), defensora da pauta dos povos indígenas no Congresso, a aprovação de ambos os projetos pode ser considerada como uma vitória para a valorização e proteção dos povos indígenas. “A partir da aprovação dessas leis conseguimos ter uma visibilidade maior e cada vez mais fortalecer a nossa luta, para cada vez conseguirmos mais direitos”, disse a deputada.

Projeto que dispunha sobre criação de ferrovias integrando todas as capitais do país é rejeitado na CMAPIS

Por Antonio Araujo

Foi rejeitado na manhã desta quinta-feira (27), na Comissão de Meio Ambiente, Amazônia, Desenvolvimento Sustentável, Cooperação Internacional e Povos Indígenas (CMAPIS), o Projeto de Lei Nº 037/2023, de autoria do deputado José Luis Costa (PP/MA). A proposição previa a construção de mais de 15 mil quilômetros de malha ferroviária interligando todas as capitais brasileiras. Tal integração tinha o intuito de facilitar a mobilidade de populações que habitam áreas mais remotas, baratear custos de frete e diminuir a dependência de vias rodoviárias.

O voto do relator, Lucas Tacara (PSB/SP), foi pela rejeição e os titulares da Comissão opinaram por convergir favoravelmente ao voto do Relator. O psbista justificou não haver especificações pelo autor no que se refere às questões orçamentárias, pela implementação e desapropriação de terras. O Jornal O Politeia entrevistou Lucas Tacara, a fim de conseguir maiores esclarecimentos quanto a negativa do projeto, confira:

O senhor comentou que seria a favor de um projeto semelhante que resolvesse questões orçamentárias, ambientais e fundiárias em suas falas. Como acredita que esses problemas podem ser solucionados?



Reprodução: Milena Cardoso

Tacara: Certo, eu acho que o primeiro passo é um diagnóstico antes da apresentação da lei. Então a gente precisa saber: quanto isso vai custar, por quais áreas as ferrovias passarão, qual vai ser o impacto ambiental. Uma coisa que eu achei muito nobre, apesar da rejeição, foi a colocação de que as ferrovias, assim que feitas, seriam por acesso popular, então gratuito, e só seria cobrado para transporte de cargas, mas as pessoas poderiam acessar isso gratuitamente que é algo que eu acredito.



Reprodução: Milena Cardoso

Mas o senhor não acha que esse ponto prejudicaria a questão financeira, dado o tamanho investimento?

Parlamentar: Sim, mas eu entendo como princípio e direito o transporte público. E como o autor do projeto comentou de ser um cidadão de uma cidade do interior do Maranhão que tem dificuldade de acessar outros espaços do Brasil, de receber encomendas, as ferrovias democratizam isso e quem deveria arcar com esses custos, para dar esse direitos às pessoas, deveria ser o Estado brasileiro.

A China é referência internacional no que diz respeito às ferrovias, conseguindo integrar um país que é maior que o nosso e tem uma diversidade de relevo bem parecida. O senhor vê a China como um exemplo a ser seguido ou o senhor acredita que a situação do Brasil é muito diferente?

Tacara: Eu acredito que a China é sim um modelo a ser seguido, é um país também em desenvolvimento que construiu uma malha ferroviária de maneira rápida e muito bem planejada, e é isso que a gente precisa: planejamento e interesse público para que isso aconteça. Falta no Brasil essa vontade política, e aí não sei se isso tem a ver com os interesses das classes econômicas que fazem um lobby para manter o nosso modal rodoviário, mas que é preciso ter interesse político para que a gente emplaque, de verdade, um modelo ferroviário e democratize os transportes e melhore, no caso do meio ambiente, a emissão de gases de efeito estufa.



Reprodução: Milena Cardoso



Reprodução: Milena Cardoso

Fale conosco!

@projetopoliteia 

@jornalopoliteia 

@PPoliteia 

@projetopoliteia 

contatopoliteiaunb@gmail.com 